

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO – SP**

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MONTE ALTO**

**ETAPA 1 – PLANEJAMENTO EXECUTIVO DOS TRABALHOS**

**PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO**

**SÃO PAULO  
MAIO/2024**

**ÍNDICE**

[APRESENTAÇÃO 1](#_Toc167194480)

[1. OBJETIVOS 4](#_Toc167194481)

[1.1 Objetivos gerais 4](#_Toc167194482)

[1.2 Objetivos específicos 4](#_Toc167194483)

[2. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA 4](#_Toc167194484)

[3. MATRIZ DE RESPONSABILIDADE 10](#_Toc167194485)

[4. METODOLOGIA, ATIVIDADES E PRODUTOS 12](#_Toc167194486)

[4.1 Etapa 1 – Planejamento Executivo dos Trabalhos 12](#_Toc167194487)

[4.2 Etapa 2 – Levantamento e Análise do Território Municipal 12](#_Toc167194488)

[4.3 Etapa 3 – Proposta de Revisão do Plano Diretor 22](#_Toc167194489)

[4.4 Etapa 4 – Consolidação das Propostas e Minuta do Projeto de Lei 24](#_Toc167194490)

[5. PROCESSO PARTICIPATIVO 26](#_Toc167194491)

[5.1 Questões orientadoras do processo participativo 27](#_Toc167194492)

[5.2 Levantamentos e providências necessários por parte da Prefeitura: 28](#_Toc167194493)

[5.3 Providências necessárias por parte da Consultoria Fipe 29](#_Toc167194494)

[5.4 Calendário prévio dos eventos-chave 29](#_Toc167194495)

[5.5 Cronograma do trabalho 30](#_Toc167194496)

[6. METAS E RESULTADOS ESPERADOS 31](#_Toc167194497)

[7. EQUIPE TÉCNICA 33](#_Toc167194498)

[8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 36](#_Toc167194499)

# APRESENTAÇÃO

Este Plano de Trabalho visa atender à demanda da Prefeitura Municipal de Monte Alto, por meio da Secretaria de Planejamento Urbano, e está organizado em torno dos parâmetros estabelecidos pelo termo de referência elaborado pela prefeitura e pela proposta técnica apresentada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Atende, também, à normatização do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) que rege a produção de planos diretores (PD) municipais.

Integram este plano, como parte fundamental da elaboração do trabalho, análises de natureza diversa, que conjugarão precondições institucionais, sociais, econômicas e urbanas do município de Monte Alto, visando direcionar o processo de revisão do PD do município, que será consolidado de forma participativa.

A tarefa será desenvolvida a partir do diálogo frequente entre a consultoria Fipe e a equipe técnica da prefeitura alocada para desenvolver e acompanhar os trabalhos ao longo dos oito meses previstos no contrato. Para o ajuste inicial dos trabalhos, é essencial a organização e a avaliação dos dados a serem disponibilizados pela prefeitura, além de outras informações e contribuições de naturezas diversas – econômica, social, urbana, jurídico-normativa e ambiental – derivadas de bases de dados secundárias oficiais, bem como os produzidos pela consultoria a partir de cruzamento de dados que ilustrem questões a elucidar.

O Plano de Trabalho ora apresentado busca justamente organizar a elaboração de estudos e produtos técnicos essenciais à revisão do PD, a ser desenvolvido em processo participativo em **4 (quatro) etapas**.

A **primeira etapa** se refere ao **planejamento executivo dos trabalhos**, que envolve a organização de todo o processo, a descrição das etapas subsequentes para realização do contrato, assim como o cronograma de entrega dos produtos, pactuação das datas do processo participativo e organização de equipes, em diálogo com a equipe de técnicos municipais designados para acompanhar o processo de revisão do PD. Nessa importante etapa, será possível esclarecer dúvidas metodológicas e estabelecer os consensos prévios entre as equipes da Fipe e do município.

A **segunda etapa** consiste na **leitura e análise do território municipal**. Nesta, serão realizados levantamentos para estruturar a base de dados e a cartografia que devem ser utilizados para a leitura do território. Também serão apresentadas as questões identificadas nos levantamentos e análises dessa base de dados, bem como discussões com a equipe técnica municipal.

A **terceira etapa** é a fase **propositiva** do trabalho, na qual as questões identificadas na etapa anterior fundamentarão os objetivos, diretrizes e estratégias de médio e longo prazos, responsáveis pela implementação da política urbana do município e, consequentemente, de seu Plano Diretor revisto. Nesta etapa, será também avaliada a viabilidade de adoção e implementação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, bem como a eventual indicação de áreas estratégicas para a sua aplicação. Ademais, é justamente nesta etapa que deverá ocorrer a primeira interação com a sociedade civil, no formato de consulta pública.

A **quarta e última etapa** contempla a **consolidação** **das propostas e a elaboração da minuta do Projeto de Lei**, considerando a consulta pública e o diálogo com técnicos e dirigentes municipais, abarcando a proposta de minuta do projeto de lei do Plano Diretor, a ser apresentada em segunda consulta à comunidade, em formato de audiência pública.

À luz dessas etapas, o Plano de Trabalho sistematiza, primeiramente, os **objetivos** da elaboração do PD, o **contexto** de inserção do município na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) e a **justificativa** da necessidade de revisão do PD.

Na sequência, como forma de garantia do bom andamento do processo de trabalho, é apresentada uma **matriz de responsabilidade**, que estabelece e detalha a relação entre as equipes da Fipe e do município.

Outro ponto relevante é a descrição da **metodologia** a ser adotada, com a explicitação da natureza das atividades a serem realizadas e dos conteúdos presentes na elaboração dos produtos, acompanhada do rol de dados e informações que serão utilizados. Esses dados e bases cartográficas irão permitir a leitura do território frente às dinâmicas socioeconômica e espacial pelas quais o município tem passado nos últimos 10 anos.

O Plano de Trabalho também apresenta a forma de organização do **processo participativo**, de acordo com os formatos previstos – oficinas técnicas e consultas públicas –, seguido do **cronograma de reuniões,** tanto internas com a equipe designada pela prefeitura para acompanhar o trabalho, quanto as externas de caráter público – consultas e audiência pública.

Finalmente, o último item traz a alocação da **equipe técnica** e, em seguida, um **Anexo** com as referências bibliográficas preliminares.

# OBJETIVOS

## Objetivos gerais

Os objetivos gerais deste trabalho são:

* Elaborar estudos analíticos baseados em dados físico-territoriais que auxiliem o município de Monte Alto na concepção de sua política municipal de desenvolvimento urbano e rural, a partir da vertente do planejamento e do ordenamento territorial, considerando o processo de urbanização recente;
* Fornecer elementos para regular as ações do poder público e da iniciativa privada, visando ao desenvolvimento sustentável de todo o território, urbano e rural;
* Reconhecer e identificar as especificidades do município e sua inserção regional – considerando o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) – bem como analisar e relacionar as dinâmicas urbanas e rurais que impactam o seu território.

## Objetivos específicos

Definem-se como objetivos específicos:

* Fornecer ao município os meios e instrumentos necessários constitutivos da Revisão do Plano Diretor, considerando seu papel de orientar a política de desenvolvimento urbano municipal, de modo a garantir o crescimento, a preservação e a qualificação dos espaços urbano e rural;
* Elaborar minuta de projeto de lei do Plano Diretor do município de Monte Alto.

# CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O município de Monte Alto integra a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), criada pela Lei Complementar n° 1.290, de 06 de julho de 2016, composta por 34 municípios. A região metropolitana ocupa uma área de 14.788,22 km², ou 5,95% do território paulista, abrigando 1.680.100 habitantes, segundo a projeção da Fundação Seade para 2021. A RM conta com quatro sub-regiões, e o município de Monte Alto se insere na sub-região 02, configurada por seis municípios: Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva e Taquaral, representando 17,88% do território total da sub-região (346,950 km²) e 2,35 % do território da RM. A área urbanizada do município representa 13,08 km² ocupando apenas 2,65% da área total do município. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de dois distritos: Monte Alto e Aparecida do Monte Alto.

A RMRP é fortemente polarizada pelo município de Ribeirão Preto, que exerce elevado grau de centralidade na Unidade Regional. Destaca-se como município-polo da região em função de seu papel de prestador de serviços regionais, observando-se intensos fluxos de pessoas e mercadorias, em especial nos municípios de seu entorno imediato. Outras subcentralidades são exercidas pelos municípios de Jaboticabal, que faz parte da sub-região 02 e, em menor nível, Mococa e Orlândia, que se configuram como centros sub-regionais. Não se observam conurbações no restante do território da RMRP. As áreas urbanizadas dos municípios estão isoladas e não apresentam interligações ou continuidades do tecido urbano.

Do ponto de vista demográfico, em 2022, segundo dados do último Censo Demográfico, o município de Monte Alto contava com uma população de 47.574 pessoas, com um grau de urbanização de 96,89%. Fatores como a estrutura fundiária e o próprio processo de mecanização da produção agrária podem explicar os altos níveis de urbanização apresentados pelo conjunto de municípios da RMRP. A projeção da taxa geométrica de crescimento anual da população municipal para o período 2020-2030 é de 0,05% a.a., bem abaixo da TGCA da RM que é de 0,52% a.a., apresentando o município taxa negativa para a população rural, levando, portanto, ao aumento de seu grau de urbanização.

A expansão da mancha urbana municipal no período de 2013-20 se deu pela presença de novos loteamentos e condomínios decorrentes de desmembramentos de glebas, localizadas a nordeste da mancha urbana, conforme dados do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab). Com relação ao uso do solo, o uso “área agrícola” é predominante pela alta rentabilidade desse uso da terra e poucos remanescentes de cobertura vegetal nativa.

Há desequilíbrio na relação de emprego entre os municípios da RMRP, a maior parte concentrada no município-sede. Os municípios de Monte Alto, Jaboticabal, Sertãozinho, Batatais e Orlândia, que formam um eixo na região oeste, são mais dinâmicos e apresentam índice de emprego formal mais elevado, além de maior participação no PIB da região.

Com relação à regulação urbanística municipal, o Plano Diretor é de 2007 (Lei Complementar n° 245) e a Lei de Parcelamento do Solo de 1987 (Lei nº 1.353), exigindo revisão decenal, assim como a elaboração da lei de uso e ocupação do solo, conforme preconiza o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Diante dessa realidade, se configura como oportunidade a revisão dos marcos regulatórios urbanísticos do município, tendo em vista a defasagem temporal e considerando a recente elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), finalizado em agosto de 2022, que, conforme exigência do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015), os municípios devem adequar seus planos diretores às diretrizes de ordenamento territorial definidas no PDUI.

Corrobora favoravelmente para a revisão do Plano Diretor a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que contribuem para melhor apuração das transformações urbanas e sociais pelas quais o município passou no último decênio.

**Monte Alto – Plano Diretor para um município metropolitano de pequeno porte**

Alinhar desenvolvimento urbano, econômico, social e ambiental é um compromisso fundamental para a escala regional/metropolitana, mas cuja efetivação perpassa fundamentalmente as diretrizes de âmbito local/municipal. Esse pressuposto orienta a abordagem da revisão, pois explicita a necessidade de identificar o específico da escala local municipal frente às relações que essa estabelece ou não com o território mais amplo regional onde se insere.

Monte Alto é um município de pequeno porte populacional, integrante da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), fato que deve necessariamente ser considerado frente a questões e dinâmicas que geralmente se manifestam aquém de seu território, mas que tem duplo rebatimento, ou seja, afetam também as dinâmicas locais do município, impactando de algum modo territórios mais amplos.

O município de Monte Alto, com 347 km² e uma população de cerca de 50 mil habitantes (sendo aproximadamente 97% na sua área urbana), apesar de situado na RMRP, localiza-se fora dos eixos mais dinâmicos dessa região metropolitana, isto é, da Via Anhanguera e da Rodovia Brigadeiro Faria Lima, resultando em dinâmicas urbanas e rurais bem específicas que necessitam de detalhamento atento.

Compõe com outros municípios metropolitanos de escala semelhante um conjunto em que a relação urbano/rural é, por um lado, bastante definidora das relações econômicas locais. Por outro, desempenham papel relevante na manutenção dos atributos ambientais de grande relevância para toda a região metropolitana (conforme consta no Termo de Referência para o qual está sendo elaborado o presente Plano de Trabalho).

Identificar o que é próprio desse território é essencial, pois, apesar da população ser considerada praticamente toda urbana, fica a pergunta: *Que cidade é essa, ou a qual urbano estamos nos referindo?*

A resposta, ou respostas, deverão surgir a partir do desenvolvimento dos estudos e análises debruçados sobre aspectos deste território, tais como:

1. **Dinâmica econômica:**

* Qual o grau de autonomia que ela apresenta em relação a outros municípios metropolitanos?
* Outros povoados estão a ela relacionados?
* Considerando a arrecadação de ISS do município, quais seriam as cinco maiores atividades econômicas?
* Como se organiza a cadeia produtiva de tais atividades?
* Quais os setores preponderantes que carregam alguma tecnologia e inovação?
* Há dificuldades de infraestrutura que se apresentam para o reforço das atividades produtivas?
* Quais são os investimentos importantes em curso e planejados para o município?
* É possível visualizar fatores locacionais presentes nas decisões de investimentos?
* Quais as atividades que se destacam nas áreas rurais?
* Qual é a análise das transformações no trabalho exigidas por atividades presentes no município?

1. **Mobilidade e logística:**

* Qual o nível de qualidade do transporte em relação à mobilidade e à acessibilidade?
* Há deficiência no transporte coletivo rural e urbano?
* Quais as principais estradas vicinais, destacando trechos problemáticos, entre outros fatores?
* Quais os maiores fluxos e os gargalos do transporte rodoviário?
* A população costuma usar outros modais além do rodoviário?
* Qual a intensidade dos deslocamentos regionais, para onde e por quê?

1. **Infraestrutura de serviços públicos e iluminação pública:**

* Há autonomia em relação aos equipamentos sociais como creches, escolas, ensino fundamental?
* Postos de saúde?
* Equipamentos culturais?
* Como é o sistema de iluminação do município?
* Há locais com serviço deficiente?

1. **Uso e ocupação do solo:**

* Como está a tendência imobiliária na região?
* Quais as áreas em retração e as áreas em expansão?
* Quais os novos produtos imobiliários?
* Como se deu o crescimento do município nos últimos 10 anos?
* Quais as tendências de crescimento atuais e quais as desejáveis?

1. **Habitação e precariedade:**

* Existe déficit habitacional nesse contexto?
* O Programa Minha Casa Minha Vida é um ativo existente ou em previsão?

1. **Vulnerabilidade ambiental:**

* Quais são as obras em execução ou planejadas relacionadas aos recursos hídricos?
* Qual é a situação do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no município, referente à coleta e tratamento, e quanto aos operadores do sistema?
* Em relação ao tratamento e disposição dos resíduos, há locais de disposição final do lixo?
* Drenagem – é possível localizar galerias de água pluvial e poços de inspeção?
* Existem e quais são os pontos críticos de alagamento, deslizamento?
* Onde estão localizadas as áreas de risco do município, se existentes?

Diante das exigências do Estatuto da Cidade no processo de elaboração e revisão do Plano Diretor, destaca-se o dever de assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, tanto privada como pública. A organização territorial do municípiodeve considerar sua adequação aos espaços territoriais adjacentes, como já mencionado anteriormente, e, principalmente, a relação entre as suas dinâmicas urbanas no território e as rurais associadas às atividades econômicas aí desempenhadas, ao uso econômico das terras rurais.

Na condição de município de pequeno porte populacional, inserido em região metropolitana, cabe destacar que a revisão do seu Plano Diretor deve estar alinhada com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e que essas servem de base para os estudos e análises desta revisão.

# MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

São responsabilidades da prefeitura:

* Definir a equipe técnica do município que participará do projeto, assim como as pessoas, ou grupo de pessoas, que estarão envolvidas na coordenação política da revisão do Plano Diretor;
* Repassar para a Fipe a cartografia e os dados disponíveis no município, incluindo cartas temáticas e arquivos digitais;
* Disponibilizar as informações existentes, como planos setoriais e estudos demográficos, socioeconômicos e físico-territoriais;
* Disponibilizar dados e indicadores, legislação urbanística e tributária vigentes;
* Colaborar na produção de dados, quando esta for necessária, para cobrir eventual escassez ou baixa qualidade de informações;
* Definir os núcleos municipais com identidade territorial, para facilitar o processo de participação na elaboração do plano;
* Participar de todo o processo de elaboração da revisão do Plano Diretor, efetuando a convocação dos agentes políticos e sociais locais para a participação em reuniões, consultas, oficinas e audiência públicas;
* Informar sobre demandas que a prefeitura recebe referentes a alterações no Plano Diretor ou na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo durante os anos de vigência ou no período recente.

São responsabilidades da Fipe:

* Elaborar proposta de revisão do Plano Diretor, considerando suas áreas urbanas e rurais, em processo amplo e participativo;
* Analisar a legislação urbanística e adequá-la às novas propostas para o novo Plano Diretor;
* Produzir material técnico de suporte à revisão do Plano Diretor, conforme descrito nas etapas previstas;
* Contemplar, na elaboração do plano, os temas relativos ao uso e à ocupação do solo, instrumentos urbanísticos (caso adequados à realidade municipal), sistemas urbanos e ambientais (infraestrutura de mobilidade, saneamento, áreas verdes e espaços livres, HIS e equipamentos urbanos e sociais cabíveis à realidade municipal); gestão e monitoramento do plano, conforme descrito no termo de referência;
* Completar a cartografia básica existente e produzir cartas temáticas referentes aos diversos temas tratados;
* Propiciar livre acesso aos documentos e informações produzidos;
* Realizar oficinas com as equipes selecionadas pela prefeitura;
* Acompanhar as discussões públicas programadas, fornecendo material técnico de apoio para as apresentações.

# METODOLOGIA, ATIVIDADES E PRODUTOS

O trabalho será realizado em quatro etapas referentes ao planejamento e à organização da execução das fases do estudo, ao processo de leitura e análise de dados, à proposição de revisão do Plano Diretor e, por fim, à consolidação dessas propostas à luz das consultas públicas e dos debates participativos junto à sociedade civil, concluindo com a redação da minuta de projeto de lei.

## Etapa 1 – Planejamento Executivo dos Trabalhos

Engloba a elaboração de plano de trabalho, cronograma de entrega dos produtos, pactuação das datas do processo participativo e organização de equipes, em diálogo com a equipe de técnicos municipais designados para acompanhar o processo de revisão do Plano Diretor. Serão esclarecidas dúvidas metodológicas e estabelecidos consensos prévios entre a Fipe e o município.

Produto da Etapa 1:

* **Produto 1 –** Plano de trabalho (detalhamento das ações do cronograma).

## Etapa 2 – Levantamento e Análise do Território Municipal

Consiste na coleta e processamento dos dados territoriais e socioeconômicos do município, com base nas informações fornecidas pela prefeitura e em dados secundários coletados pela Fipe. Esses dados deverão ser espacializados em base georreferenciada, de maneira a organizar as análises e apontar problemas e potencialidades a serem considerados na revisão do plano. Será sistematizada a leitura do regramento urbanístico existente e realizada oficina de capacitação da equipe técnica municipal.

Serão desenvolvidas as seguintes atividades:

### Levantamento prévio de dados municipais

Levantamento e análise prévia do material existente a ser disponibilizado pelo município, como bases de dados e cartográficas, levantamentos, planos e projetos específicos, dentre outros.

#### 4.2.1.1 Informações cartográficas

São listadas na sequência informações a serem solicitadas à Prefeitura de Monte Alto para início dos trabalhos. Prioriza-se, a princípio, os arquivos em PDF (referência) acompanhados dos *shapefiles*. Caso apenas o *shapefile* esteja disponível, desenvolveremos o respectivo mapa. Caso apenas o PDF esteja disponível, será necessário encontrar solução para a produção dos respectivos dados georreferenciados.

Ao lado de cada informação, as colunas classificadas como “Disponível” deverão ser marcadas “MA” quando disponível em Monte Alto, “Fipe” a ser elaborado pela consultoria.

**Tabela de prospecção de informações e dados:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Temas** | **Mapas/ Dados espacializados** | **Fonte / Tipo de arquivo** | **Disponível** | |
| **MA** | **FIPE** |
| *Bases legais* |  |  |  |  |
|  | Arquivos do PD | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Macrozonas | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Arquivos do Zoneamento | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Zonas | PDF e shapefiles |  |  |
| *Uso e ocupação do solo* |  |  |  |  |
|  | Uso do solo | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Áreas prioritárias segundo o Plano Diretor | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Áreas prioritárias segundo a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo | PDF e shapefiles |  |  |
| *Ambiental* |  |  |  |  |
|  | Áreas públicas | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Espaços livres | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Áreas verdes | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Praças e parques | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Hidrografia | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Unidades de conservação | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Áreas protegidas | PDF e shapefiles |  |  |
|  | APPs e reservas legais (CAR) | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Bacias prioritárias para conservação |  |  |  |
|  | Terras indígenas |  |  |  |
|  | Quilombolas |  |  |  |
|  | Assentamentos |  |  |  |
|  | Arborização urbana | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Áreas ciliares rural e urbana (Programa) | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Carta de aptidão |  |  |  |
|  | Índice de incidência solar |  |  |  |
|  | Índice de vulnerabilidade ambiental |  |  |  |
| *Vulnerabilidade ambiental* |  |  |  |  |
|  | Áreas de risco de erosão | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Áreas de risco de escorregamento | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Áreas de risco de inundação | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Áreas contaminadas | PDF e shapefiles |  |  |
| *Saneamento* |  |  |  |  |
|  | Coleta de lixo | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Coleta seletiva | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Coleta de esgoto | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Abastecimento de água | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Iluminação pública | PDF e shapefiles |  |  |
| *Limites* |  |  |  |  |
|  | Perímetro urbano | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Área urbana | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Área rural | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Área de expansão urbana | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Áreas com incidência de IPTU | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Quadra/Lote | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Bairro | PDF e shapefiles |  |  |
| *Centralidades* |  |  |  |  |
|  | Zonas de centralidades | PDF e shapefiles |  |  |
| *Desenvolvimento econômico* |  |  |  |  |
|  | Agricultura |  |  |  |
|  | Pecuária |  |  |  |
|  | Indústria extrativista |  |  |  |
|  | Construção |  |  |  |
|  | Indústria |  |  |  |
|  | Comércio |  |  |  |
|  | Serviços |  |  |  |
|  | PIB e PIB per capita |  |  |  |
|  | Vínculos empregatícios formais |  |  |  |
|  | Renda e trabalho |  |  |  |
|  | Agricultura familiar |  |  |  |
|  | Atividades do rural |  |  |  |
|  | Mineração |  |  |  |
|  | Áreas turísticas | PDF e shapefiles |  |  |
| *Mobilidade* |  |  |  |  |
|  | Rodovias | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Sistema viário e hierarquia | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Vicinais |  |  |  |
|  | Transporte público municipal |  |  |  |
|  | Transporte público intermunicipal |  |  |  |
|  | Transporte público regional |  |  |  |
|  | Ferrovias e estações | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Terminais rodoviários | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Outros tipos de transporte |  |  |  |
|  | Ciclovias e ciclofaixas |  |  |  |
|  | Principais fluxos rodoviários e gargalos |  |  |  |
|  | Melhoramentos viários | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Deslocamentos para serviços de saúde |  |  |  |
|  | Deslocamentos para educação |  |  |  |
| *Infraestrutura* |  |  |  |  |
|  | Hospitais e hospitais gerais | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Unidades Básicas de Saúde | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Postos de saúde | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Clínicas | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Escolas | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Creches | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Faculdades | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Esporte e lazer | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Espaços culturais | PDF e shapefiles |  |  |
| *Habitação e precariedade* |  |  |  |  |
|  | CDHU | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Condomínios | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Loteamentos | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Favelas | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Tipologias e padrões de ocupação | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Valor da terra | PDF e shapefiles |  |  |
| *Patrimônio* |  |  |  |  |
|  | Áreas tombadas | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Patrimônio histórico, considerando as áreas de relevância ou de interesse histórico | PDF e shapefiles |  |  |
|  | Patrimônio natural:  Jaqueiras da praça | PDF e shapefiles |  |  |
| *Demografia e dados socioeconômicos* |  |  |  |  |
|  | População |  |  |  |
|  | TGCA |  |  |  |
|  | Densidade demográfica |  |  |  |
|  | Densidade domiciliar |  |  |  |
|  | Situação de domicílios |  |  |  |
|  | Nível de escolaridade |  |  |  |

### Oficina técnica 1 – Capacitação

Envolve a capacitação e a discussão com a equipe técnica designada pelo município para esclarecimento dos fundamentos do Plano Diretor, do regramento urbanístico, dos instrumentos urbanísticos e da inserção do plano municipal no planejamento regional, tendo em vista se constituir em um município integrante de RM.

### Coleta, levantamento e sistematização de dados

Apuração de todas as fontes possíveis de dados e informações relevantes para o conhecimento da dinâmica urbana do município, inclusive com atores relevantes para obtenção de tais dados, coletando suas demandas atuais e futuras, considerando as tendências de desenvolvimento econômico e de crescimento demográfico.

### Base georreferenciada

Sistematização e construção de base georreferenciada necessária ao desenvolvimento dos estudos e utilizada no processo de elaboração do plano. O município deverá fornecer levantamentos específicos em *shapefile* (.shp ou .dwg), sendo que,na ausência desses levantamentos, a Fipe poderá dispor de bases alternativas convenientes para utilização no processo.

### Análise e leitura do território municipal, sua inserção regional e do regramento urbanístico existente

Leitura e análise técnica das condições existentes no município, abarcando as dinâmicas ambientais, demográficas, urbanísticas e socioeconômicas. O resultado das leituras deverá identificar questões que apontem os principais problemas e potencialidades do município, a serem tratados nas etapas de proposição do plano. As ações também devem incluir a síntese de questões relativas à inserção regional do município, considerando as leituras e propostas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da RMRP.

De maneira complementar à análise técnica factual, também serão realizadas leituras críticas do regramento urbanístico existente, em especial a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e as Leis Complementares nº 230, de 2006, e nº 245, de 2007.

### Sistematização das leituras e apresentação preliminar das questões

Apresentação dos resultados das leituras e análises para a equipe técnica e corpo dirigente municipal. O produto resultante desta Etapa 2 abarca diversas atividades, com o propósito de formar um quadro que resulte em uma análise crítica dos dados levantados e das principais questões que devem estar presentes na proposta do ordenamento territorial a ser discutida com a sociedade.

Serão produzidos mapeamentos temáticos, por vezes priorizando análises transversais, abordando enfoques especificados a seguir:

1. **Inserção regional**

Localização geográfica

Rede urbana paulista

Limites administrativos e de planejamento

1. **Caracterização da estrutura urbana e uso do solo**

Usos predominantes do solo

Análise da mancha urbana e vetores de expansão

Dinâmica imobiliária

1. **Dinâmica demográfica**

População total, urbana, rural e projeções

População por sexo e idade escolar

Densidade demográfica

Taxa de crescimento TGCA e projeções

Estrutura etária da população

Grau de urbanização

1. **Necessidades habitacionais**

Déficit habitacional

Assentamentos precários e domicílios em áreas de risco

Regularização fundiária

Oferta pública de habitação social

1. **Distribuição de serviços e equipamentos públicos**

Distribuição das unidades de ensino

Distribuição das unidades de saúde

Distribuição dos equipamentos de assistência social

Distribuição dos equipamentos de cultura e lazer

1. **Atendimento social**

Matrículas iniciais por nível de ensino

Taxa de analfabetismo

Qualidade de ensino

Defasagem escolar

Estatísticas vitais, índices de envelhecimento

Natalidade, mortalidade neonatal, mortalidade infantil

Mortalidade materna

Doenças relacionadas ao saneamento ambiental

Indicadores de proteção social e mobilidade social, beneficiários do Bolsa Família

Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGDM)

1. **Mobilidade, transporte e logística**

Estrutura viária principal

Transporte público: volume de passageiros e frota

Evolução da frota

Centros de distribuição e logística

1. **Dinâmica econômica**

Perfil econômico regional e estrutura produtiva

Produção agrícola

Emprego, renda e qualificação da mão de obra

Investimentos anunciados

1. **Dinâmica ambiental**

Patrimônio ambiental e paisagístico: unidades de conservação; parques municipais e vegetação nativa

Áreas de risco ambiental: áreas sujeitas a escorregamento ou inundação

Recursos hídricos: bacias hidrográficas; áreas de mananciais e rede hídrica

1. **Infraestrutura urbana**

Política Municipal dos Serviços de Saneamento Básico: abastecimento de água e esgotamento sanitário

Macrodrenagem

Resíduos sólidos: geração, coleta e tratamento e disposição final dos resíduos sólidos

1. **Legislação urbanística vigente**

Plano Diretor

Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

Demais legislações urbanísticas

O resultado do Produto 2 deverá ser uma leitura que traga uma visão analítica e crítica das questões relacionadas a cada tema abordado. As respostas adequadas às questões estratégicas serão a base para a formulação de diretrizes e propostas articuladas e centradas na dimensão físico-territorial do desenvolvimento sustentável do município.

### Questões orientadoras da análise:

* Uma das principais questões a serem abordadas refere-se ao entendimento da dinâmica demográfica mais recente trazida pelos resultados do Censo 2022 do IBGE, que poderá indicar em que medida pode estar ocorrendo um descompasso entre o crescimento populacional e a localização das atividades produtivas e dos equipamentos públicos. Tal entendimento poderá orientar ações que venham a melhorar a urbanização inclusiva, auxiliando na proposta de macrozoneamento e na indicação de zonas para intervenção e para investimentos estruturadores do território.
* Quanto à identificação e caracterização das dinâmicas urbanas que estruturam o território municipal, a prioridade será entender como está ocorrendo a expansão da área urbanizada e das alterações no uso e ocupação do solo, com possíveis disfunções do crescimento urbano.
* Deverá ser considerado o papel central da mobilidade e da acessibilidade para o desenvolvimento socioeconômico, com avaliações das perspectivas de expansão do sistema viário e/ou alternativas de estruturação urbana a partir da mobilidade.
* Considerar os principais pontos/porções dos territórios que poderiam ter um papel relevante diante de expectativas para novas/ou reforço de incipientes centralidades.
* Análise de possíveis investimentos que venham a ser estruturadores do território, reforçando centralidades, melhorando a competitividade do município e a urbanização inclusiva.
* Identificar quais seriam os incentivos necessários para impulsionar atividades indutoras que venham a dinamizar as centralidades.
* Avaliar se há crescimento urbano ilegal em áreas de proteção ambiental que comprometam o desenvolvimento sustentável.
* Examinar instrumentos e ações de regularização fundiária, com foco em possíveis locais nos quais predominam precariedades habitacionais e urbanas, visando sua inclusão socioambiental.
* Analisar as obras em execução ou planejadas relacionadas aos recursos hídricos.
* Identificação de ativos ambientais que apresentem relevantes atributos paisagísticos e culturais, as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos e a legislação ambiental com rebatimento na regulação do uso e ocupação do solo.
* Considerar possíveis conflitos socioambientais e situações de risco e degradação ambiental que comprometam a qualidade de vida.
* Avaliar possíveis dificuldades de infraestrutura que se apresentam para o reforço das atividades produtivas, seja na área urbana ou rural.
* Considerar os investimentos municipais em curso e planejados, verificando se os mesmos atendem a uma lógica de dinamização da economia.

Produto da Etapa 2:

* **Produto 2 –** Leitura técnica e análise do território.

## Etapa 3 – Proposta de Revisão do Plano Diretor

Consiste em etapa propositiva, na qual as questões identificadas nos levantamentos e análises da etapa anterior fundamentarão os objetivos, diretrizes e estratégias de médio e longo prazos, responsáveis pela implementação da política urbana do município.

Será avaliada a viabilidade de adoção e implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, bem como a eventual indicação de áreas estratégicas para sua aplicação.

Inclui uma oficina destinada aos técnicos municipais, voltada para a aplicação dos parâmetros e instrumentos urbanísticos, bem como para a primeira consulta pública e debate comunitário, com síntese do diagnóstico e das propostas.

### Política de desenvolvimento urbano e estruturação territorial

Proposta dos fundamentos da política urbana municipal, seus objetivos e estratégias. Alinhamentos com as propostas do plano regional. Construção das macrozonas municipais, com diretrizes e objetivos que orientem a política de desenvolvimento urbano para os próximos 10 anos.

### Parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo urbano

Proposta de zoneamento na área urbana do município, com indicação de parâmetros relativos ao uso, ocupação e parcelamento do solo suficientes para o licenciamento de novos empreendimentos.

### Instrumentos urbanísticos

Proposta de utilização ou estabelecimento de regramento e diretrizes para a aplicação ou elaboração futura de instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, quando cabível.

### Sistemas urbanos e ambientais

Diretrizes para os sistemas de infraestrutura de mobilidade, saneamento, áreas verdes e espaços livres, habitação de interesse social e equipamentos urbanos e sociais cabíveis à realidade municipal.

### Gestão e monitoramento do plano

Definição das instâncias de participação social e de gestão democrática do Plano Diretor. Elaboração de estratégias de monitoramento, avaliação e revisão do plano.

### Sistematização das propostas e apresentação

Apresentação das propostas para a equipe técnica e para o corpo dirigente municipal.

### Oficina técnica 2 – Aplicação

Capacitação e discussão com a equipe técnica designada pelo município para acompanhamento da elaboração do plano, a respeito da aplicação dos parâmetros e instrumentos urbanísticos.

### Consulta pública 1 – Leituras e propostas

Apresentação dos resultados das leituras e análises municipais e das propostas, ambas pactuadas com a equipe técnica da prefeitura, aos segmentos da comunidade municipal, visando à construção coletiva e democrática do Plano Diretor.

### Síntese do processo participativo

Elaboração de relatório-síntese com as contribuições extraídas da sociedade civil.

Produto da Etapa 3:

* **Produto 3 –** Proposta de revisão do Plano Diretor.

## Etapa 4 – Consolidação das Propostas e Minuta do Projeto de Lei

Consolidação das propostas da etapa anterior, em função de possíveis revisões e do amadurecimento das questões, considerando a consulta pública e o diálogo com técnicos e dirigentes municipais, abarcando a proposta de minuta do projeto de lei do Plano Diretor, a ser apresentada em segunda consulta à comunidade, em formato de audiência pública.

### Minuta de projeto de lei do Plano Diretor (versão preliminar)

Redação da versão preliminar da minuta de projeto de lei do Plano Diretor, contemplando texto normativo, conjunto de mapas e quadros necessários.

### Sistematização e apresentação

Apresentação da minuta para a equipe técnica e corpo dirigente do município.

### Consulta pública 2 – Audiência pública

Realização de audiência pública para contribuições da comunidade municipal a partir da proposta da minuta do projeto de lei do Plano Diretor. Caberá ao município divulgar amplamente a audiência pública e disponibilizar publicamente os materiais e locais apropriados para a audiência e para a consulta.

### Síntese do processo participativo

Elaboração de relatório-síntese com as contribuições extraídas da sociedade civil.

### Minuta de projeto de lei do Plano Diretor (versão consolidada)

Consolidação da minuta de projeto de lei do Plano Diretor e redação da exposição de motivos, que sintetizará os principais aspectos abordados pela proposta, para encaminhamento da peça legal pelo Executivo ao Legislativo Municipal.

A minuta contemplará o conjunto de parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo, integrando todos os regramentos em uma mesma peça legal, além de um conjunto de quadros e mapas relativos aos seguintes temas:

* Perímetro urbano
* Macrozoneamento (território municipal)
* Zoneamento urbano
* Redes hídrica e ambiental
* Sistema viário estrutural, com indicação de ações prioritárias
* Ações prioritárias no sistema de saneamento ambiental
* Quadro de parâmetros urbanísticos (uso, ocupação e parcelamento) por zona
* Quadro com as características do sistema viário
* Eventual delimitação das áreas de aplicação dos instrumentos da política urbana
* Diretrizes de ações prioritárias para habitação, saneamento e mobilidade

Produtos da Etapa 4:

* **Produto 4** – Minuta de Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor (versão preliminar).
* **Produto 5** – Sistematização das consultas públicas 1 e 2.
* **Produto 6** – Minuta de Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor (versão consolidada).

# PROCESSO PARTICIPATIVO

Esta atividade está prevista no processo de trabalho e cumpre as exigências do Estatuto da Cidade (Lei Federal n° 10.257/2001, art. 2°, II e art. 40, § 4° e seus incisos). Possibilita o engajamento de diferentes atores que integram a sociedade no processo de definição da política de desenvolvimento urbano para o município nos próximos 10 anos. Nesse sentido, reforça a gestão democrática, contribuindo para construir consensos e dar transparência ao processo de elaboração do Plano Diretor.

A organização do processo participativo prevê a **difusão de informações** sobre o processo de revisão do Plano Diretor. Com tal objetivo, a Prefeitura Municipal de Monte Alto irá disponibilizar no seu site informações pertinentes ao processo de revisão do PD, desde o início dos trabalhos. Assim, será criada uma seção exclusiva contendo informes do Plano Diretor em revisão. Esse será o principal canal informativo, com conteúdos diversos para a população (notícias, informações e agenda), além dos produtos gerados no processo de trabalho. A consultoria da Fipe dará orientação aos técnicos responsáveis pelo site da prefeitura para que promovam a estruturação dessa seção sobre o Plano Diretor.

O processo participativo ocorrerá a partir de uma agenda preestabelecida neste plano de trabalho. Inicialmente, estão previstas duas **oficinas técnicas de interação** entre a equipe da consultoria da Fipe e os técnicos da prefeitura alocados para trabalhar no PD. Na primeira, na denominada ETAPA 2 – LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO TERRITÓRIO MUNICIPAL, serão discutidos temas pertinentes à abordagem adotada, os fundamentos do plano diretor, o regramento urbanístico, os instrumentos urbanísticos e a inserção do plano municipal no planejamento regional, tendo em vista que Monte Alto é um município integrante de região metropolitana. Na sequência, a segunda oficina técnica ocorrerá na ETAPA 3 – PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR, quando serão feitos ajustes na leitura prévia do território e na proposição da aplicação dos parâmetros e instrumentos urbanísticos que integrarão adiante a proposta preliminar do Plano Diretor.

Após essas duas oficinas técnicas, consideradas de trabalho interno das equipes, estão programadas duas **consultas públicas**. A primeira prevista para ocorrer na ETAPA 3 – PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR, quando serão apresentados os resultados das leituras e análises municipais enquanto síntese do diagnóstico, acompanhada de um rol das propostas, definidas e pactuadas com a equipe técnica da prefeitura. Essa interlocução com segmentos da comunidade municipal é etapa muito importante do processo de revisão, e visa à construção coletiva e democrática do Plano Diretor. A segunda consulta pública deve ocorrer na ETAPA 4 – CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS E MINUTA DE PROJETO DE LEI, quando, por meio de audiência pública, tem-se a oportunidade de debater e recepcionar as contribuições da comunidade municipal, a partir da apresentação da proposta da minuta de projeto de lei do Plano Diretor. Caberá ao município divulgar amplamente a audiência pública e disponibilizar publicamente os materiais e locais apropriados para as consultas públicas 1 e 2.

Do processo participativo resultará um relatório-síntese com as contribuições recebidas da sociedade civil, que devem passar por avaliação de sua pertinência para assegurar o desenvolvimento urbano sustentável.

Nos subitens a seguir estão listados os pontos considerados relevantes para o andamento dos trabalhos.

## Questões orientadoras do processo participativo

* Adotar abordagem a partir da inserção regional do município, procurando identificar potencialidades, funções e gargalos locais para apresentar as análises prévias;
* Usar, preferencialmente, peças gráficas nas apresentações;
* Disponibilizar, previamente, via site, síntese dos documentos técnicos analíticos produzidos;
* Elaborar balanço das proposições resultantes das duas audiências públicas, com percentual de aceitação e rejeição de forma justificada, após as consultas públicas;
* Elaborar ata de todas as reuniões das oficinas técnicas e das consultas públicas.

## Levantamentos e providências necessários por parte da Prefeitura:

* Identificar os atores relevantes para fazer parte do mailing list qualificado, que deverá ser incremental;
* Listar mídias sociais da cidade para replicar notícias;
* Identificar a contraparte municipal (interlocutor principal) na organização das oficinas técnicas e nas consultas públicas;
* Expedir convites por e-mail e confirmar ativamente a presença dos principais atores, cuja participação seja relevante nas reuniões (sugere-se reforço telefônico);
* Disponibilizar e organizar a infraestrutura para reuniões presenciais (P), híbridas (H) ou on-line (OL), sendo as Atividades Previstas/Necessidades para as reuniões as seguintes:
* Pesquisa e definição de local adequado – P/H/OL
* Banners e suporte – P/H/OL
* Projetor, som, microfone, gravador de áudio para plenária
* Técnico para apoio em caso de emergência – P/H
* Água/café – P
* Registro fotográfico – Captura de telas – P/H
* Internet de alta qualidade – H/OL
* Conta YouTube – H/OL
* Lista de presença, registro de presença no chat e extração de relatório de participantes
* Elaboração de atas – tópica e padrão
* Gravação
* Preparação para disponibilizar no site

## Providências necessárias por parte da Consultoria Fipe

* Segmentar o *mailing list*
* Redigir as notícias sobre a elaboração do Plano Diretor para aprovação prévia da prefeitura
* Redigir o convite para as consultas públicas
* Definir a arte dos *banners* das consultas públicas
* Definir do roteiro das consultas públicas
* Elaborar as atas das consultas públicas

## Calendário prévio dos eventos-chave

* Oficina Técnica 1 – Mês de julho/2024
* Oficina Técnica 2 – Mês de setembro/2024
* Consulta Pública 1 – Mês de outubro ou novembro/2024
* Consulta Pública 2 – Audiência Pública – Mês de novembro/2024

**Produto do processo participativo:**

* **Produto 5** – Sistematização das Consultas Públicas 1 e 2.

Relatório-síntese com as contribuições advindas da sociedade civil, apresentando a sistematização dos resultados da Consulta Pública 1 e da Consulta Pública 2 – Audiência Pública, parte integrante do Produto 3 – Proposta de revisão do Plano Diretor.

## Cronograma do trabalho

**Datas importantes:**

* Assinatura do contrato – 25/4/24
* Emissão da ordem de serviço – 08/5/24
* Vigência do contrato – Até 5 dias da emissão da OS (13/5/24)

**Cronograma do desenvolvimento do trabalho e reuniões:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ETAPAS** | | **MAI** | **JUN** | **JUL** | **AGO** | **SET** | **OUT** | **NOV** | **DEZ** |
| **ETAPA 1 - Planejamento executivo dos trabalhos** | | | | | | | | | |
|  | Reunião presencial (início dos trabalhos) | 10/05 |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Reunião virtual | 22/05 |  |  |  |  |  |  |  |
| 1.1 | Elaboração do Plano de trabalho |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Produto 1 - Plano de trabalho** |  | 07/06 |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 2 - Leitura e análise do território municipal** | | | | | | | | | |
|  | Reunião presencial |  | 14/06 |  |  |  |  |  |  |
|  | Reunião virtual |  | 26/06 |  |  |  |  |  |  |
| 2.1 | Levantamento prévio de dados municipais |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2.2 | Oficina técnica 1: capacitação |  |  | 12/07 |  |  |  |  |  |
| 2.3 | Coleta, levantamento e sistematização de dados |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2.4 | Base georreferenciada |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2.5 | Análise e leitura do território municipal |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2.6 | Sistematização das leituras e apresentação preliminar das questões |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Produto 2 - Leitura técnica e análise do território** |  |  |  | 02/08 |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ETAPAS** | | **MAI** | **JUN** | **JUL** | **AGO** | **SET** | **OUT** | **NOV** | **DEZ** |
| **Etapa 3 - Proposição do plano diretor** | | | | | | | | | |
|  | Reunião presencial |  |  |  | 09/08 |  |  |  |  |
|  | Reunião virtual |  |  |  | 28/08 |  |  |  |  |
| 3.1 | Política de desenvolvimento urbano e estruturação territorial |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3.2 | Parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo urbano |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3.3 | Instrumentos urbanísticos |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3.4 | Sistemas urbanos e ambientais |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3.5 | Gestão e monitoramento do plano |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3.6 | Sistematização das propostas e apresentação |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3.7 | Oficina técnica 2: aplicação |  |  |  |  | 20/09 |  |  |  |
| 3.8 | Consulta pública 1: leituras e propostas |  |  |  |  |  | 28-31/10 |  |  |
| 3.9 | Síntese do processo participativo |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Produto 3 - Proposta de revisão do plano diretor** |  |  |  |  |  |  | 04/11 |  |
| **Etapa 4 - Consolidação das propostas e minuta do projeto de lei** | | | | | | | | | |
|  | Reunião presencial |  |  |  |  |  |  | 08/11 | 06/12 |
|  | Reunião virtual |  |  |  |  |  |  | 13/11 |  |
| 4.1 | Minuta do projeto de lei do plano diretor (versão preliminar) |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4.2 | Sistematização e apresentação |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4.3 | Consulta pública 2: Audiência pública |  |  |  |  |  |  | 25/11 |  |
| 4.4 | Síntese do processo participativo |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4.5 | Minuta do projeto de lei do plano diretor (consolidada) |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Produto 4 - Minuta do PL de revisão do PD (preliminar)** |  |  |  |  |  |  |  | 13/12 |
|  | **Produto 5 - Sistematização das consultas públicas 1 e 2** |  |  |  |  |  |  |  | 13/12 |
|  | **Produto 6 - Minuta do PL de revisão do PD (consolidada)** |  |  |  |  |  |  |  | 13/12 |

# METAS E RESULTADOS ESPERADOS

De forma geral, os planos diretores e suas revisões têm como meta o desenvolvimento de *cidades com maior qualidade de vida, que sejam inclusivas, diversas, integradas, equilibradas, inovadoras e sustentáveis*. Mais especificamente, entretanto, as metas e os resultados esperados a partir do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Monte Alto deverão ser definidos com base na situação atual do município e nas expectativas e direcionamentos futuros em função dos ajustes e das novas regras propostas. O município, juntamente com o apoio da consultoria da Fipe, deverá discutir e estabelecer as metas e os resultados esperados.

É importante definir, ainda, o processo de avaliação dos impactos das propostas formuladas e a forma e instrumentos para o monitoramento dos resultados obtidos, permitindo que se avalie, ao longo do tempo, se as mesmas estão de acordo com as metas e os resultados esperados e pactuados coletivamente.

Será definida uma forma permanente para monitoramento e avaliação de resultados da implementação no novo Plano Diretor. Para tanto, deverão ser definidos e pactuados:

* Indicadores que possam aferir os resultados alcançados pelos instrumentos propostos.
* Indicadores associados aos ODS.
* Metas numéricas para os indicadores, em função dos resultados esperados, com definição dos horizontes temporais de curto, médio e longo prazos.
* Uma hierarquia para os indicadores e as metas, em termos de urgência para o município.
* Os responsáveis (institucionais) pela coleta de informações, sistematização e análises relativas a cada um dos indicadores.

# EQUIPE TÉCNICA

**Marta Dora Grostein – Arquiteta e urbanista**

Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Mestre pelo *College of Environmental Design*, *University of Califórnia*, Berkeley; Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Coordenadora do Laboratório de Urbanismo da Metrópole (LUME-FAUUSP) 2000/2014; membro do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb da PMSP) 2005/2009; membro do Conselho de Administração da São Paulo Urbanismo SP-Urbanismo PMSP 2009/2012; representante titular da USP junto ao Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) 2005/2015; membro do Conselho de Administração da Emplasa 2007 e 2018; membro do Conselho Gestor da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente 2019-2022; pesquisadora na área de Planejamento Urbano e Urbanismo.

**Rovena Negreiros – Advogada gestora de projeto**

Gestora pública com atuação na temática da política de desenvolvimento regional e urbano. Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em economia do setor público pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atuou como pesquisadora do Nesur/IE/Unicamp, foi presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), foi diretora da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) e da Fundação Seade. Membro do Conselho Gestor da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e da Secretaria de Transporte Metropolitano, de 2019-2022. Coordenou a elaboração de seis Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs), entre os quais o da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP). Advogada e gestora pública. Desde 2018 é consultora e pesquisadora sênior da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para temas de desenvolvimento regional, urbano, com foco nas dinâmicas socioeconômicas e de desenvolvimento regional.

**Marlon Rubio Longo – Arquiteto e urbanista**

Arquiteto e urbanista pela Universidade de São Paulo (USP-São Carlos, 2009), com passagem pela ETSA Madrid (2008), mestrado (2015) e doutorado (2024) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Experiência em planos e projetos urbanos, com atuação em diversas cidades brasileiras. Foi gerente de estruturação de projetos na SP-Urbanismo, coordenando as modelagens urbanísticas e econômicas de projetos pautados pelo Plano Diretor Estratégico. Atua como consultor e pesquisador sênior na área de urbanismo, planejamento urbano e pesquisador na Fipe.

**Maria Lúcia B. Figueiredo Camargo – Economista**

Economista, consultora, com experiência em planejamento de médio e longo prazos, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Desde 2018, é consultora e pesquisadora sênior da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para temas de desenvolvimento urbano, enfocados nas dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento regional.

**Roberta Fontan Pereira Galvão – Arquiteta, urbanista e cientista da computação**

Arquiteta-urbanista com experiência em planejamento urbano e regional, com foco nas dinâmicas e transformações em áreas rurais e urbanas, áreas frágeis e áreas protegidas. Com formação em Ciência da Computação. Tem experiência no uso de ferramentas analíticas de geoprocessamento e sensoriamento remoto. Mestre em Urbanismo em 2011 e doutora em Ciência Ambiental em 2018, ambos pela Universidade de São Paulo (USP), e especialista em Geoprocessamento em 2003 pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora sênior em análises urbanísticas e físico-territoriais. Responsável pela produção de mapas temáticos (geoprocessamento) e montagem do banco de dados do estudo.

**Alessandro Muzi – Arquiteto e urbanista**

Arquiteto e urbanista (2007), mestre (2014) e doutor (2023) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), com pesquisas financiadas pela Fapesp e Capes. Foi membro do grupo de pesquisa Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea (PC3-FAU-USP, 2017-2023) e participou do grupo de trabalho Crise e Crítica do IAB/SP (2020-2022). Tem experiência na coordenação e desenvolvimento de planos e projetos urbanos e projetos de arquitetura de grande complexidade**.**

**Margareth Cunha Lemos – Jornalista**

Jornalista, formada em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pós-graduada em História da Arte pela Fundação Armando Álvares Penteado (Faap-SP) e Administração de Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Escritora, editora e redatora de matérias jornalísticas e projetos editoriais. Coordenação editorial e participação na curadoria da exposição e livro sobre os 40 anos do Planejamento Metropolitano no Estado de São Paulo (2014). Atuação em editorias de Arte, Cultura, Variedades e Consumo de jornais e revistas de São Paulo (Jornal da Tarde/Editora Abril) e Bahia (A Tarde/Revista da Bahia/Jornal da Bahia). Diretora de Comunicação Corporativa de empresas diversas, entre as quais agências de comunicação, propaganda e marketing (assessoria de imprensa e relações públicas). Especialista em produção de conteúdo e projetos editoriais voltados para a comunicação social.

**Marilia Formoso Camargo – Advogada e administradora pública**

Advogada e administradora pública formada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), com experiência na área de direito urbanístico e formulação de políticas públicas. Mestre em Política e Desenvolvimento Urbano Sustentável pela UNED *– Lincoln Institute of Land Policy*. Trabalhou durante três anos na SP-Urbanismo, empresa pública da Prefeitura de São Paulo, sendo responsável pela modelagem jurídica dos Projetos de Intervenção Urbana (PIU). Foi Diretora de Projetos Especiais e Parcerias Público-Privadas na Prefeitura de Santo André e atualmente é Secretária de Planejamento do mesmo município. Consultora nas áreas de direito urbanístico e política urbana.

**Mariana Abramo Fugagnolli - Bolsista de arquitetura e urbanismo**

Graduação em andamento pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos.

**Vinícius Ribeiro Pereira -** **Bolsista de arquitetura e urbanismo**

Graduação em andamento pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTATUTO DA CIDADE. Lei n° 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10257&ano=2001&ato=39fATQU5kMNpWT905>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

ESTATUTO DA METRÓPOLE. Lei n° 13.089 de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13089&ano=2015&ato=866gXR65UNVpWT791>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MONTE ALTO. Lei Complementar nº 230, de 24 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor Participativo de Monte Alto e dá outras providências. Disponível em: <https://montealto.sp.gov.br/site/planos-municipais/>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MONTE ALTO. Lei Complementar nº 245, de 04 de dezembro de 2007. Regulamenta o Plano Diretor, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana do Município de Monte Alto, conforme dispõe o artigo 45 de Lei Complementar nº 230/2006 e dá outras providências. Disponível em: <https://montealto.sp.gov.br/site/planos-municipais/>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

SÃO PAULO (ESTADO); SECRETARIA DE DESENVOLVIMETNO REGIONAL; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Caderno Final de Propostas (P13). São Paulo: SDR; FIPE, 2022. Disponível em: <https://rmrp.pdui.sp.gov.br/>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

SÃO PAULO (ESTADO); SECRETARIA DE DESENVOLVIMETNO REGIONAL; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Caderno de Diagnóstico (P15). São Paulo: SDR; FIPE, 2022. Disponível em: <https://rmrp.pdui.sp.gov.br/>. Acesso em: 22 de maio de 2024.